

Clarence Thomas, a descoberta do outro e as hordas da antipessoa

Diego Pessi

Promotor de Justiça no RS.

Pós-graduado em ciências policiais (criminologia e investigação criminal) pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Portugal.

Co-Autor do livro “Bandidolatria e Democídio”.

Artigo publicado no Brasil sem Medo, em 10 de março de 2021.

A história do juiz da Corte Suprema americana demonstra que a salvação do homem está no amor ao próximo e não na frieza do coletivismo e da tecnocracia.

*A sociedade, em qualquer estado, é uma bênção,
enquanto o governo, mesmo em seu melhor estado,
não passa de um mal necessário;
no seu pior estado, um mal intolerável.*

(Thomas Paine)

“As malditas férias acabaram’, papai nos disse na manhã que nos mudamos para a sua casa.” Assim o autor narra sua chegada à casa dos avós, onde, junto com seu irmão Myers e todos os seus pertences (que cabiam numa sacola de mercearia), foi deixado pela mãe, sem maiores explicações. Quem é ele? Ninguém menos que Clarence Thomas, célebre juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, cujo livro de memórias, não por acaso intitulado *My Grandfather’s Son*, é um relato candente e comovedor, no qual se refere ao avô (Myers Anderson) como “Papai”.

Abandonado pelo pai biológico (a quem só conheceu pessoalmente quando já contava com 9 anos de idade), Thomas teve uma infância marcada pela mais absoluta penúria. Dormindo numa cadeira “pequena demais mesmo para uma criança” e encontrando no frio e na fome suas companhias mais

constantes, vivia em Savannah, Geórgia, numa parte da cidade que descreve sucintamente como “inferno”. Conheceu muito cedo o peso da discriminação racial, agravada, no seu caso, pela condição de descendente de escravos do oeste da África: com dialeto próprio, cultura e características peculiares, esses descendentes eram conhecidos como “Geechees” ou “Gullahs”, designações então empregadas de forma depreciativa e estigmatizante no Sul segregacionista dos Estados Unidos.

Quão improváveis eram as chances de que uma criança esmagada pela pobreza e pela discriminação viesse a ter uma trajetória de vida extraordinária, que culminaria com a indicação para a Suprema Corte dos Estados Unidos? Que espécie de milagre evitou que Thomas sucumbisse a um conjunto de circunstâncias tão tremendamente adversas? Como ele venceu todos esses obstáculos, aparentemente intransponíveis? Nas palavras dele próprio: “(...) à medida que cresci, fiz meu próprio caminho no mundo e criei um filho, passei a apreciar o que não compreendi como criança: fui criado pelo maior homem que já conheci”.

Foi sob a tutela do avô, submetidos a uma disciplina austera, que o pequeno Clarence e o irmão se adaptaram a uma rotina de deveres e responsabilidades que simplesmente não

admitia escusas. A ambos foi deixado claro que havia uma conexão inquebrável entre aquilo que recebiam e o que lhes era exigido. Aprenderam que só através do esforço pessoal poderiam ter uma vida digna e que todo trabalho honesto era um bom trabalho. Mais do que isso, ouviram que sua primeira tarefa era buscar uma boa educação, que os colocasse em condições de lutar por um “coat-and-tie job”, e que nenhuma desculpa seria aceita para o fracasso: “O velho ‘Sr. Não Posso’ está morto — eu ajudei a enterrá-lo”, costumava repetir o avô, ensinando a Thomas que sua única esperança de mudar o mundo era mudar a si mesmo em primeiro lugar.

É bem possível que as palavras do Sr. Anderson caíssem em ouvidos moucos, não fossem elas ratificadas pelo testemunho de sua própria vida: um homem negro, do Sul profundo da América, que sobrevivera com dignidade e altivez à pior espécie de preconceito que há. Um operário que envergava orgulhosamente seu uniforme de distribuidor de óleo em jornadas intermináveis e estafantes e que decidira trabalhar por conta própria no dia em que quase perdeu a cabeça ao receber um insulto racial do patrão. Alguém que considerava auxílios do governo algo perigosamente aviltante e, com seus parcos

recursos, não apenas alimentava e vestia a família como também ajudava os parentes mais idosos.

Foi assim, “jogando da melhor forma possível com as cartas que a vida lhe deu” e recusando-se a assumir a condição de vítima, que o Sr. Anderson proporcionou ao neto uma educação de excelência. Com base nessa mentalidade de disciplina e autoconfiança, vencendo as barreiras econômicas e raciais, Clarence concluiu com louvor seus estudos e foi admitido em três prestigiosas faculdades de Direito da América, optando por Yale, em detrimento de Harvard e da Universidade de Pensilvânia. Seu pungente lamento por ocasião da morte do avô nos dá uma ideia da dimensão de seu legado: “Eu nunca mais poderia dizer a ele como ele estava certo, ou quanto eu o admirava e amava, ou que foram a imaturidade e o falso orgulho que me impediram de perdoá-lo pela dureza com que tratou Myers e a mim”.

O fato é que, havendo atingido a maturidade, e sob a influência do pensamento de gigantes como Thomas Sowell e Walter Williams, ele finalmente se dera conta de que o avô — a quem chegara a considerar um tolo iletrado — possuía uma compreensão muito apurada de problemas nevrálgicos da sociedade americana (problemas sobre os quais ele viria a se

debruçar enquanto juiz e, antes disso, como membro do governo Reagan). Seu breve flerte, na juventude, com o ativismo radical permitiu que Thomas identificasse um traço comum havido entre aquela militância e a atividade político-partidária de democratas e republicanos: em lugar de buscar compreender as demandas urgentes, de modo a oferecer-lhes uma solução efetiva, as respostas políticas para a maioria dos problemas sociais resumiam-se a um conjunto de dogmas. Dogmas professados por ideólogos, que pouco se importavam em sacrificar pessoas reais ao grande deus da teoria, algo que se opunha a tudo aquilo em que ele acreditava e contrariava seu próprio exemplo de vida.

É provável que Thomas sequer desconfie disso, mas cerca de quatro anos antes de seu nascimento e a quase 8 mil quilômetros de distância da Geórgia, um grande escritor brasileiro já deblaterava contra o esvaziamento da ontologia humana pela ideologia, reverberando as mesmíssimas inquietações que então o afligiam nos bastidores do governo Reagan. Nas páginas do sublime “A Descoberta do Outro”, Gustavo Corção afirmava sem meias palavras que a única “causa” razoável que existe consiste em servir ao próximo, sobretudo porque isso não é uma causa. O próximo, dizia ele, é a

última coisa do mundo que podemos meter dentro de uma opinião, pois representa em nossa experiência uma difícil mas inevitável objetividade.

Essa presença concreta, observou, por vezes é difícil, “deveras intolerável” e, por isso mesmo, o mundo inventou modos de evitá-la, derivando os bons sentimentos para ideais e causas sagradas, coisas puras e elevadas, com a única condição de que estejam distantes: “É mais fácil querer bem à humanidade em peso do que ao vizinho que ouve radioteatro. É mais amplo, mais generoso falar num microfone virado para o porvir, atirando palavras para um bilhão de ouvidos que não nasceram, do que entrar num quarto cheirando a remédio e a suor”. Haverá libelo mais contundente do que esse ao pseudo-humanismo? Seria preciso dizer mais?

Não por acaso, Nelson Rodrigues definiu Corção como aquele que está fatalmente ao lado da pessoa contra as hordas da antipessoa. Hordas que em tempos de crise, como o presente, são divisadas com clareza, compostas por aqueles que professam seu amor pelas grandes causas com paradoxal e indisfarçável desprezo ao humano em presença real. Tal é o caso da autoridade para quem um trabalhador privado do direito de sustentar a família não passa de um apontamento lançado com

frieza na sua planilha de estatísticas. Ou do tiranete para quem toda uma comunidade, repleta de anseios, temores e esperanças, nada representa além de um ponto colorido num mapa, modificado com base em critérios obscuros, concebidos por tecnocratas unguídos, impondo restrições desarrazoadas à completa revelia de seus súditos. Ou, ainda, do gestor que, questionado sobre a calamidade no atendimento aos enfermos de sua província, faz pouco caso da inexistência de leitos para pacientes em estado grave, ponderando que a maioria desses doentes acabaria mesmo por morrer...

Do paralelo traçado entre as memórias de Clarence Thomas e os escritos de Gustavo Corção e de tudo quanto até aqui foi dito, importa extrair uma conclusão que a mim, caro leitor, parece inescapável: as três virtudes divinas que nos conduzem à Salvação e saciam os sentidos de nossa consciência (Fé, Esperança e Caridade), só se atualizam na figura do próximo e não na frieza de uma tecnocracia impessoal ou de qualquer simulacro humanitarista. A paródia de humanismo representada pela proclamação de santas intenções devotadas a uma causa abstrata não raro implica imposição sádica de sacrifícios às pessoas de carne e osso, cuja supressão de

liberdades contrasta com o avanço dos poderes de seus supostos benfeitores.

O humano e pessoal pede o pessoal e humano em presença real, pois “somos pobres do outro; como se o sangue das veias não nos bastasse e fosse urgente trocá-lo, numa transfusão quente e viva, de coração para coração”. Essa lição do grande escritor brasileiro era, sem dúvida alguma, intuída pelo Sr. Anderson: ele não acolheu, orientou e educou uma causa, princípio ou dogma, mas uma criança, seu neto, de tudo carente e repleta de potencialidades. A compreensão dessa realidade fez toda diferença na vida de Clarence Thomas. A compreensão dessa realidade, caro leitor, é o que separa a cristandade das hordas da antipessoa.

REFERÊNCIAS

CORÇÃO, G. *A Descoberta do Outro*. Campinas: Ecclesiae, 2017.

THOMAS, C. *My Grandfather's son*, A memoir. New York: Harper Perennial, 2008.